



Sobre balas, bíblias e modelos estatísticos: explorando atalhos eleitorais

Luís Felipe Guedes da Graça¹

Cíntia Pinheiro Ribeiro de Souza²

Tiago Daher Padovezi Borges³

O artigo explora a possibilidade de que títulos ligados à religião ou às forças de segurança do Estado sirvam de atalho informacional para o eleitor, o que beneficia o candidato que é seu portador. A expectativa é que esses títulos funcionem de maneira semelhante a identidades partidárias bem construídas, sugerindo, de forma pouco custosa, posições e valores das candidaturas aos eleitores. Nossa hipótese central é de que usufruir dessas identidades sociais oferece retornos eleitorais para os candidatos. Para isso, a partir dos dados da eleição de deputado federal e estadual de 2018, testamos modelos com bancos completos e montados via *matching*. Nossos achados indicam que, para as forças de segurança do Estado, pelo menos nas eleições de 2018, há efeitos eleitorais fortes. Já para os candidatos religiosos, não conseguimos encontrar efeitos discerníveis de zero, o que contradiz achados recentes da literatura.

Palavras-chave: eleições; religião; segurança; deputados estaduais; deputados federais; atalhos informacionais

Introdução⁴

No dia 20 de maio de 2021, em um dos depoimentos da Comissão Parlamentar de Inquérito da Covid-19, no Senado Federal, o General Eduardo Pazuello, ex-ministro da Saúde do governo Jair Bolsonaro, ao responder ao Senador Angelo Coronel (PSD-BA),

¹ Professor da Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Sociologia e Ciência Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis (SC), Brasil. E-mail: <lfgraca@gmail.com>.

² Professora da Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Sociologia e Ciência Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis (SC), Brasil. E-mail: <cprsouza@gmail.com>.

³ Professor da Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Sociologia e Ciência Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis (SC), Brasil. E-mail: <tiagodaher@gmail.com>.

⁴ Uma versão inicial deste artigo foi apresentada no “Ciência Política em Debate”, evento organizado pelos núcleos de pesquisa da área de concentração em Ciência Política (NECIP, NEPP, NIPP, NPMS) do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina, realizado em Florianópolis-SC, em 2023. Os autores agradecem aos participantes do evento pelas sugestões e aos pareceristas anônimos da *Opinião Pública* por suas críticas e comentários que nos ajudaram a melhorar a primeira versão deste artigo.

pronunciou o termo “missão cumprida” e justificou o seu uso pela suposta experiência militar do Senador (Muratori, 2021). Nessa ocasião, o Senador, no entanto, explicou que Coronel era apenas um sobrenome e que nunca fez parte das Forças Armadas ou da polícia. Tal história nos mostra como esses termos podem servir como atalhos informacionais para facilitar a tomada de decisão em ambientes com baixos níveis de informação. Nesse caso, o General Pazuello considerava que, apenas pela presença do termo coronel, estava diante de um colega de armas e que, portanto, compartilharia valores similares aos seus.

Essa anedota serve de exemplo para o objetivo do artigo: apresentar como a utilização desses títulos pode influenciar como eleitores e elites políticas se relacionam com candidaturas e representantes eleitos. Isso porque, ao servirem como atalho informacional, esses termos conhecidos podem ter impacto, não apenas no tratamento entre representantes e membros do governo, mas também na capacidade de candidatos conquistarem votos.

Nos últimos anos, com o êxito da candidatura presidencial de Jair Bolsonaro (atualmente, no PL), um político ligado à extrema direita, a entrada de atores políticos vinculados às igrejas ou às forças de segurança do Estado no mercado eleitoral ganhou maior notoriedade. Mesmo sendo uma presença que nos acompanha desde a redemocratização, os coronéis, generais, pastores, bispos, entre outros, passaram a ganhar um destaque ainda maior, acarretando efeitos expressivos na agenda política do país e nas políticas públicas.

Dadas as características institucionais de nosso sistema eleitoral, marcado por gerar uma competição com alta quantidade de partidos e candidaturas (Rennó, 2006), essa prática que sinaliza o pertencimento aos grupos religiosos e às forças de segurança pública pode representar um importante atalho informacional para o eleitor. Apesar da maior visibilidade desses setores nos últimos anos, o efeito eleitoral da adoção desses títulos para indicar o pertencimento a determinados grupos e agendas políticas ainda é pouco estudado. Como ficará claro na reconstrução teórica, mesmo com avanços na compreensão do impacto do apoio institucional das igrejas evangélicas nas eleições, para as forças de segurança ainda desconhecemos referências que tratem do impacto eleitoral de determinados títulos nos nomes de urna.

O presente artigo testa o impacto eleitoral da utilização de tais títulos a partir de modelos de retorno eleitoral construídos com dados das eleições para deputado federal e estadual, em 2018. Em um primeiro momento, é feita uma reconstrução da literatura que trata das características do nosso sistema eleitoral e partidário e da presença de grupos evangélicos e vinculados às forças de segurança pública em nossas arenas decisórias. A hipótese central deste artigo é que, partindo do nosso ambiente institucional e competitivo, ser identificado como religioso ou membro de forças de segurança, com a adoção dessas espécies de etiquetas, impacta na votação dos candidatos. Em seguida, na análise, foram construídos modelos que testam tanto a

existência de um benefício eleitoral ao serem adotados esses títulos quanto a possibilidade de efeitos interativos dessa utilização e o gasto eleitoral, através de retornos marginais diferentes. Para reforçar os achados, refizemos, para cada um dos grupos, uma análise com uso de bancos de dados construídos via *matching*. Essa escolha diminui possíveis efeitos da seleção do modelo, de *outliers* e de vieses de classificação.

Os nossos achados reforçam que, pelo menos para as eleições de 2018, sinalizar o pertencimento às forças de segurança do Estado significou um forte benefício eleitoral. Já para os casos de candidatos religiosos, nossos achados não encontram efeitos claros. Como apresentaremos, tais evidências levantam explicações que passam por questões contextuais presentes nas eleições de 2018, pelas escolhas metodológicas propostas (de modelos e classificações) e pelas características do eleitorado alvo desses grupos na competição política.

Assim, nas duas primeiras partes do artigo, denominadas “Instituições, atalhos informacionais e a decisão eleitoral” e “Religiosos e Oficiais de Segurança na arena eleitoral”, faremos uma discussão da produção sobre o fenômeno, em que serão formulados o problema e as hipóteses a serem investigados. Em seguida, o artigo contará com duas seções metodológicas, “Metodologia de classificação” e “Sobre os modelos estatísticos de retorno eleitoral”, que apresentam os procedimentos de classificação dos dados e especificações do modelo utilizado. E, finalmente, na parte “Uma análise causal mais robusta: *matching*”, os resultados serão apresentados, com evidências que confirmam a hipótese, principalmente, entre aqueles que sinalizam pertencimento às forças de segurança.

Instituições, atalhos informacionais e a decisão eleitoral

Primeiramente, é importante reconstruir um pouco do debate sobre os dilemas informacionais proporcionados por nossa estrutura institucional e o padrão de competição política desde a redemocratização. A introdução no nome da urna de termos como pastor, sargento, bispo, entre outros, pode ser pensada como uma estratégia de conquista de votos, que consiste em uma tentativa de criar atalhos informacionais para os eleitores tomarem decisões, em um contexto político que pode ser visto como adequado para tais iniciativas. Apesar de algumas ponderações, o diagnóstico preponderante a respeito do nosso sistema eleitoral e a estrutura competitiva resultante envolve a existência de grande quantidade de nomes, legendas e forças políticas, o que dificulta a inteligibilidade do sistema político para o eleitor.

A influência dos atalhos informacionais para a tomada de decisão é um elemento central nas contribuições do neo-institucionalismo da escolha racional (Hall; Taylor, 2003) e, mais precisamente, nos estudos que investigam o impacto dos diferentes sistemas eleitorais no formato da competição partidária. Desde a seminal contribuição de Anthony Downs (1957), fenômenos que envolvem a competitividade e a responsividade

dos sistemas políticos têm proporcionado indagações sobre o volume de informações disponíveis e as estratégias utilizadas por eleitores e elites políticas para sanar os problemas derivados da incerteza, constitutiva das arenas decisórias. Tendo em vista a discussão sobre os efeitos dos sistemas eleitorais, é possível observar que a magnitude dos distritos e o formato da votação proporcionam efeitos no comportamento de lideranças e no cardápio disponível aos eleitores (Cox, 1997).

Nesse debate, quando lidamos com possibilidade de eleitores estabelecerem vínculos estáveis com os partidos políticos e os responsabilizarem no processo eleitoral, é possível destacar que o efeito de aumento de opções, característico em sistemas proporcionais, pode não envolver apenas uma maior inclusividade de forças políticas, mas também dificultar a tomada da decisão dos eleitores (Powell Jr., 2000; Cunow *et al.*, 2021). Tal fenômeno se intensifica com a adoção da lista aberta em eleições legislativas, que resulta em um crescimento ainda maior das opções disponíveis nas eleições, com a presença não apenas de partidos, mas também de candidaturas individuais (Shugart; Valdini; Suominen, 2005). Assim, é possível se pensar que, em contextos de alta complexidade na tomada de decisão, a criação de atalhos informacionais por parte de competidores se torna uma importante estratégia para aumentar as possibilidades de êxito eleitoral (Shugart; Valdini; Suominen, 2005; McDermott, 2005; Boas, 2014).

Dentre os diagnósticos a respeito do caso brasileiro, é inevitável destacarmos teses que enfatizam os problemas informacionais proporcionados pelas nossas instituições eleitorais. A perpetuação de instituições eleitorais consociativas, como a representação proporcional com distritos de elevada magnitude, lista aberta e a permissão de coligações para eleições legislativas (até 2018), é vista como um dispositivo que tornou a representação política em nosso sistema político brasileiro pouco partidarizada (Mainwaring, 2001; Kinzo, 2005; Pereira; Rennó, 2001). A ausência de vínculos sólidos entre partidos e eleitores, a alta fragmentação partidária e a personalização da representação política são apontadas como fenômenos que se vinculam ao excesso de informação disponível e à baixa inteligibilidade da competição para os eleitores.

Em relação aos efeitos no comportamento político, destacam-se dois nessa combinação institucional: a fragilidade dos vínculos dos eleitores com o conjunto dos partidos e a dificuldade do sistema em promover um governo responsivo aos eleitores. Em relação ao segundo ponto, Maria D'Alva Kinzo (2004) sustenta que a combinação institucional que rege as eleições proporcionais gerou a personalização da representação política em detrimento dos partidos políticos e uma excessiva fragmentação partidária, o que torna complexa a nossa competição política para o eleitor e, assim, dificulta a decisão eleitoral. Como a autora sustenta: "As instituições brasileiras pouco têm contribuído para elevar o grau de inteligibilidade do processo eleitoral. Pelo contrário, diversos fatores dificultam o exercício da cidadania, como, por exemplo, o discernimento no momento de votar" (Kinzo, 2004, p. 28). Assim, "O conjunto desses fatores impede a

accountability vertical efetiva, produzindo uma situação que tende a distanciar os eleitores de seus representantes. Torna-se, portanto, extremamente difícil para a população conferir responsabilidade pelo desempenho governamental” (p. 28).

Em um estudo sobre as eleições de 2002, Lúcio Rennó (2006) chega a conclusões semelhantes, ao constatar que o crescimento da quantidade de candidatos afeta negativamente o nível de conhecimento do eleitor: “(...) eleitores que enfrentam ambientes muito competitivos aprendem menos sobre candidatos do que aqueles expostos a ambientes mais simples” (Rennó, 2006, p. 62). Com base nesses achados, mesmo matizando muito do pessimismo em relação ao nosso sistema político, o autor defende medidas que visariam simplificar a competição política neste âmbito, como a redução de candidaturas por partido político e a cláusula de barreira. Assim, em um fenômeno que Rennó denomina “dilema do Rico”, nossas instituições geram uma situação de excessiva quantidade de candidatos, o que aumenta os custos de se informar na tomada da decisão eleitoral, prejudicando a responsividade do sistema político brasileiro⁵.

Mais recentemente, a partir da influência das contribuições de Cox (1997), um diagnóstico alternativo a respeito dos efeitos das nossas instituições políticas emergiu na discussão sobre a arena eleitoral. Impactados com a persistência da competição presidencial entre PT e PSDB, alguns estudos apontam que nosso sistema político apresenta sinais de organização e coordenação entre as elites, reduzindo as alternativas disponíveis para os eleitores a partir da disputa presidencial (Borges; Turgeon, 2009; Limongi; Cortez, 2010; Melo, 2010; Melo; Câmara, 2012; Avelino; Biderman; Barone, 2021). Como sustentam Fernando Limongi e Rafael Cortez (2010, p. 22), “O quadro partidário nacional, portanto, é bem mais simples e inteligível do que as análises centradas nas disputas proporcionais deixam entrever”. Carlos Ranulfo Melo (2010) também partilha de tal diagnóstico ao apontar que a excessiva fragmentação do nosso sistema não significou um mercado eleitoral aberto em todas as disputas: poucos disputam os principais cargos e as estratégias são construídas a partir das diferentes possibilidades competitivas de cada partido político.

Apesar de destacar os efeitos de simplificação do cardápio disponível ao eleitor, proporcionados, principalmente, pela concomitância da disputa eleitoral, Melo e Câmara reforçam o diagnóstico de ausência de estabilidade no plano local, o que impede pensar na coordenação em torno da eleição presidencial como um propulsor da simplificação na competição para todos os cargos: “A dinâmica adquirida na competição pela Presidência representou um importante ganho em termos de estruturação do sistema, mas não teve o poder de diminuir o nível de fragmentação encontrado no Congresso ou nas Assembleias Legislativas” (Melo; Câmara, 2012, p. 104).

⁵ Em relação às causas desse fenômeno, Cesar Zucco Jr. e Timothy J. Power (2021) atribuem essa persistência e a intensificação da fragmentação a fatores político-institucionais, que envolvem as disputas locais, os padrões das coligações e a distribuição de recursos de campanhas.

Em estudo recente, André Borges (2021) reforça esse diagnóstico ao identificar a persistência e a intensificação desse fenômeno, em que se verificam tanto o fim da polarização entre os blocos de PT e PSDB como a atomização da disputa eleitoral. Para Borges, a ascensão da extrema direita se relacionou e se beneficiou desse processo de intensificação da fragmentação da nossa competição partidária. Ou seja, é possível afirmar que, mesmo em interpretações que identificam alguma simplificação da competição política, persiste o diagnóstico de elevada e volátil quantidade de competidores, que tornam mais custoso o processo de se informar para tomada de decisão sobre o voto.

Assim, partindo da persistência da interpretação de uma excessiva quantidade de competidores em disputas locais e legislativas, a indagação do presente artigo é se a estratégia de incluir determinados títulos serviria como atalho informacional para os eleitores. Há em parte da literatura a percepção de que, na ausência de partidos fortes, a heurística no nível do candidato seria mais relevante nas eleições, no sentido de que a experiência profissional do candidato sinalizaria sua competência ou sua credibilidade (McDermott, 2005). Em consonância com essa literatura, indagamos se a adoção de termos que sinalizam o pertencimento das candidaturas a determinados grupos sociais, em meio a um ambiente de grande incerteza e de competição complexa, proporciona efeitos significativos na decisão eleitoral, quando observamos os dados de resultados de 2018.

Religiosos e Oficiais de Segurança na arena eleitoral

A presença de representantes de grupos vinculados ao que costumamos denominar direita tem ganhado destaque desde a vitória de Jair Bolsonaro e da composição do Congresso Nacional, nas eleições de 2018. A agenda política conservadora, que incide em questões morais que envolvem, principalmente, a família, tem ganhado destaque cada vez maior na produção legislativa. Apesar da maior visibilidade recente, o fenômeno da ascensão de grupos conservadores em nosso sistema político nos acompanha desde a redemocratização. As candidaturas evangélicas e de forças de segurança têm sido vistas como pilares importantes nessa transformação em nosso sistema político.

Em relação à produção sobre a presença evangélica em nossas arenas políticas, destacam-se estudos que pensam o êxito evangélico nas eleições proporcionais a partir da transformação da religiosidade brasileira. Desde o estudo de Pierucci (1996), a preocupação com as bancadas evangélicas vincula-se com mudanças que incidem na organização e nas ações das igrejas evangélicas no contexto de redemocratização e de maior abertura do mercado religioso. Assim, os primeiros estudos sobre esse fenômeno político buscam investigá-lo a partir de movimentações e mudanças no interior do campo religioso, alterando o modo como as arenas decisórias são vistas pelas igrejas (Mariano,

1999; Oro, 2003; Machado, 2006). Para tais estudos, o crescimento da representação evangélica se vincula à adoção de um comportamento competitivo de determinadas igrejas pentecostais, de características teológicas (Mariano, 1999) e de transformações nas organizações das igrejas (Oro, 2003).

Ainda em relação aos evangélicos, uma preocupação recente refere-se à conversão do apoio da organização em votos dos fiéis. No que diz respeito a esses esforços, destacam-se estudos que vislumbram a ausência de um automatismo dessa relação: ser evangélico e mesmo frequentar uma igreja não é suficiente, sendo fundamental o empenho de líderes religiosos nessa conversão (Oro 2003; Cerqueira, 2021; Lacerda, 2022; Smith, 2022; Boas 2023). Ou seja, a filiação religiosa tem sido vista como insuficiente para direcionar o comportamento político, sendo fundamental introduzir o esforço que cada organização religiosa promove. Assim, é possível ver, na crescente produção sobre os evangélicos, uma preocupação com o apoio institucional direto impactando nos gastos de campanha (Netto; Speck, 2017) e nos resultados eleitorais (Lacerda, 2018). Para esses estudos, candidatos das igrejas teriam retornos marginais dos gastos de campanha maiores do que os candidatos comuns.

Mais próximo dos objetivos deste artigo, Boas (2014) mensura o efeito dos termos Pastor ou Doutor ligados ao nome de candidatos em experimento sobre a chance de voto. Seus achados indicam que o termo Doutor tem efeito positivo, mas o termo Pastor tem efeito ambivalente, aumentando fortemente a chance de voto dentre evangélicos, mas com efeito negativo sobre eleitores de outras religiões, principalmente os da renovação carismática. Questionando o porquê candidatos usariam nomes de uma mesmo com essa possibilidade de efeitos negativos, o autor reforça que, para o sucesso eleitoral em eleições proporcionais legislativas no Brasil, é necessário apenas uma porção pequena dos votos totais, sendo razoável afastar uma parte dos eleitores para reforçar laços com outra.

Apesar de mais recente e incipiente, a literatura sobre candidatos ligados às forças de segurança do Estado também cresceu com o êxito na arena eleitoral. Alguns estudos no âmbito das relações civis-militares têm destacado a (re)militarização da política no Brasil atual, que ganhou força com a vitória de Bolsonaro nas eleições para presidente em 2018 (Penido; Kalil, 2021; Amorim Neto; Acácio, 2020; Santos, M. A. P., 2022; Santos, V. O. A., 2022). Entre os fatores apontados para esse ressurgimento estão o corporativismo, a projeção que as Forças ganharam diante dos eventos de grandes proporções realizados no país, no período 2014-2016, e da participação na missão da Organização das Nações Unidas no Haiti, além do ressentimento das Forças perante os desdobramentos da Comissão da Verdade e a retirada do *status* de Ministério do Gabinete de Segurança Institucional durante o governo Dilma.

Penido e Kalil (2021) avaliam que a atuação do Partido Militar (organização informal das Forças Armadas), auxiliado pelo Partido Fardado (organização informal dos setores de segurança, como policiais militares, bombeiros, militares reformados, ex-

funcionários de segurança privada, por exemplo) é realizada em grupo e não individualmente (Santos, 2021). Entretanto, ainda segundo as autoras, o Partido Militar não apresenta necessariamente seus próprios membros às eleições, embora se preocupe com o resultado delas, pois disso depende a oportunidade de ocupação de cargos governamentais e a conquista de políticas públicas para suas bases (Penido; Kalil, 2021). Seus aliados e subordinados seriam justamente os membros do Partido Fardado, filiados a distintos partidos, especialmente de direita.

O foco de alguns estudos tem sido as atuações das bancadas da bala no Congresso e nos legislativos estaduais (Novello; Alvarez, 2022). Bancada que, junto com a bancada evangélica, tem capitaneado a reformulação da direita no Brasil (Quadros; Madeira, 2018). Já no campo das análises eleitorais, Berlatto, Codato e Bolognesi (2016) apresentam levantamento, com a distribuição política e de sociografia de candidaturas a deputado federal dessa categoria, entre 1998 e 2014, a partir da indicação de ocupação. Os achados indicam que essas candidaturas variaram em torno de 4% do total, com pico de 5,1% em 2006.

Mais recentemente, Ventura (2021) apontou o crescimento significativo de votos dos chamados candidatos da lei e da ordem: de 1,5% dos votos para candidatos a deputado federal, em 2002, para 9,7%, em 2018. Segundo o autor, se estivessem juntos em um único partido, os 35 candidatos da lei e da ordem eleitos em 2018 representariam o terceiro maior partido na Câmara dos Deputados naquela legislatura. Destacou ainda que a importância da ocupação como uma heurística para eleitores é consequência da fluidez dos rótulos partidários em países recém-democratizados, mas também uma consequência do forte padrão histórico de abusos e violência cometido por forças de segurança no Brasil. Em seu trabalho, Ventura defende que o tema da violência nas eleições não deve ser tratado como mera valência, mas sim como uma questão socialmente divisiva, uma vez que os custos das políticas de “mão dura” incidem de forma desigual sobre a população, em detrimento dos negros e dos mais pobres, por exemplo. Seus achados indicam que os eleitores premiam mais candidatos da lei e da ordem se comparados a candidatos de partidos conservadores quando esses eleitores estão situados em municípios relativamente violentos que sofreram choques de violência próximos às eleições.

O crescimento da representação de religiosos e de forças de segurança do Estado tem sido reputado principalmente ao aumento da população evangélica e do esforço de determinadas organizações religiosas, de um lado, e ao crescimento da preocupação com a segurança pública, de outro. Esses fatores seriam parte do caldo social que tornaria o discurso de ordenamento social e moral, associado a essas identidades sociais, tão demandado pelos eleitores. Ou seja, transformações sociais importantes impactaram tanto no modo como essa direita tem se revelado como nas agendas de políticas que têm emergido nesse processo. De maneira geral, tais grupos se apresentam como “de

direita”, contrastando com uma direita envergonhada, que existia nos primeiros anos de nossa redemocratização (Pierucci, 1999).

Nosso artigo não busca negar esse ponto das origens sociais da preocupação com a segurança pública ou das estratégias que levam denominações religiosas a apoiarem candidatos, mas investigar uma prática distinta do apoio institucional direto, que busca obter ganhos eleitorais a partir da estratégia de criar “atalhos” para os eleitores, em um ambiente institucional caracterizado por dificultar a tomada de decisão do eleitor, em uma situação de quantidade excessiva de opções. No cenário em que um eleitor tem que tomar decisão entre centenas de candidaturas e o sistema partidário é pouco útil para distingui-las, títulos como Pastor, Capitão, Reverendo e Tenente, por exemplo, servem de atalho informacional para o eleitor já que estão associados a valores sociais, morais e políticos. Dito de outro modo, esses títulos substituem, para muitos eleitores, o que, em geral, espera-se da consistência ideológica dos partidos: sinalizar de forma pouco custosa, para quem busca informação, as posições e os valores esperados do político que busca eleição.

Metodologia de classificação

Para desenvolver a análise proposta neste artigo, é central conseguir classificar candidatos entre aqueles que são ligados à religião ou às forças de segurança do Estado. Desta forma, a partir dos dados de candidatura do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), utilizamos duas estratégias complementares que envolvem o nome de urna do candidato e a sua descrição de ocupação. Tanto para religiosos quanto para atores das forças de segurança foram criados vetores no R com palavras ou radicais de palavras que deveriam ser buscadas no nome de urna e tipos de ocupação que deveriam ser buscados na indicação de ocupação. Candidatos que apresentavam pelo menos um dos componentes desses vetores foram classificados como religiosos ou segurança. Assumimos que, mesmo candidatos que não incluíram qualquer dessas referências em seus nomes de urna, mas declararam ocupação dentre as classificadas, utilizaram dessa informação em campanha.

A criação dos vetores de palavras ou radicais de palavras a serem buscadas nos nomes de urna incluiu vários estágios. Inicialmente, foram utilizadas eleições de vereadores de São Paulo e do Rio de Janeiro de 2016 para entender como esses nomes apareciam. A lista de candidaturas foi lida e relida, nome a nome, para identificar rótulos utilizados. Após a criação de vetores iniciais e sua aplicação aos candidatos a deputado estadual e deputado federal de todo o Brasil em 2018, uma revisão foi feita para complementar as lacunas. Assim, por mais que a classificação tenha sido feita automaticamente a partir dos vetores de palavras indicados, eles foram produzidos com intuito de serem exaustivos para a eleição aqui estudada, o que diminui a chance de falsos positivos e falsos negativos. Não obstante, a sua reutilização, em estudos futuros,

deve gerar classificações consistentes. Já a criação de vetores de ocupações é mais simples, pois envolve utilizar um dado disponibilizado pelo TSE reconfigurado para nossos objetivos. Tanto os vetores de classificação de nome de urna quanto de ocupações estão no Anexo 1⁶. Já desconsiderando inaptos, entre os candidatos a deputado federal em 2018, nossa estratégia encontrou 168 (2,2%) candidatos com referências religiosas e 422 (5,5%) candidatos ligados às forças de segurança. Já entre os candidatos a deputado estadual no mesmo ano foram 427 (2,5%) candidatos religiosos e 934 (5,5%) com referências às forças de segurança do Estado.

Apesar de uma estratégia forte entre a direita, os candidatos religiosos ou de forças de segurança não se encontram apenas nesse campo político. Utilizando a classificação de Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023) como base, os candidatos foram distribuídos entre direita, centro e esquerda, como pode ser verificado na Tabela 1, a seguir:

Tabela 1 - Distribuição de candidaturas classificadas por ideologia (%)

	Cargo	Esquerda	Centro	Direita	Total
Forças de Segurança	Dep. Fed.	43 (10,2)	122 (28,9)	257 (60,9)	422 (100)
	Dep. Est.	93 (10)	318 (34)	523 (56)	934 (100)
Religiosos	Dep. Fed.	15 (8,9)	56 (33,3)	97 (57,7)	168 (100)
	Dep. Est.	31 (7,3)	145 (34)	251 (58,8)	427 (100)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE (2018).

A aplicação dessa estratégia de classificação de religiosos e forças de segurança não é sem problemas; um candidato pode ter sua atuação ligada a valores religiosos ou em defesa das forças de segurança sem colocar qualquer título em seu nome ou ter ocupação diferente daquelas usadas para a classificação. Lacerda (2018) indica que usar apenas o nome de urna pode subestimar os votos dos candidatos evangélicos. No estudo, o autor complementa o uso do nome com a ocupação e busca em *sites* das igrejas. Apesar do uso desse tipo de busca ser capaz de aumentar o número de casos classificados, não está claro se as diferenças de médias apresentadas pelo autor entre as formas de classificação são fruto de um processo de autosseleção em que os candidatos com menor potencial tendem a escolher ter títulos como pastor no seu nome de urna, ou se essa diferença é gerada pelo uso de *sites* de igrejas, que levam a falsos negativos da classificação mais notáveis e com maiores chances eleitorais. Nossa estratégia de apresentar as análises com a classificação como apresentada acima e, depois, refazer as análises com o uso de *matching* nos permite diminuir possíveis vieses, já que os casos tratamento – ou seja, classificados como religiosos ou segurança – são pareados com casos similares nas variáveis escolhidas, sendo assim, comparáveis.

⁶ Os Anexos deste artigo estão disponíveis no site do Cesop, na seção Revista Opinião Pública, na página deste artigo <https://www.cesop.unicamp.br/por/opiniao_publica>.

Sobre os modelos estatísticos de retorno eleitoral

Analizamos os dados da eleição de 2018 para deputado federal e estadual em todo o Brasil com modelos próprios para religiosos e para forças de segurança. Como ser eleito no sistema eleitoral brasileiro não é uma função apenas da quantidade de votos recebida por um candidato, mas, para os casos que não ultrapassam o quociente eleitoral, depende do desempenho de seu partido, escolhemos fazer uso de modelos lineares com o logaritmo do voto como variável dependente.

As variáveis independentes de maior interesse são as variáveis binárias que identificam o candidato como religioso ou força de segurança, o logaritmo dos gastos contratados de campanha e a interação entre essas duas últimas. O uso de uma relação log-log para voto e gasto mantém a premissa de linearidade nos parâmetros que outra transformação delas violaria, e transforma a relação em uma elasticidade que deve ser interpretada em termos de variação percentual. Outras variáveis de controle incluídas são: uma variável binária que indica se o candidato está disputando reeleição; uma variável binária que indica se o candidato é do sexo feminino; duas variáveis binárias, uma indicando se o partido do candidato é de esquerda e outra indicando se é de direita, fazendo do centro o cenário base⁷ e variáveis binárias para os estados da federação com São Paulo como cenário base. Como os modelos lineares apresentaram heteroquedasticidade, foram usados erros padrões robustos.

O uso de um modelo que apresenta interação entre logaritmo do gasto e a variável que indica se o candidato é religioso ou força de segurança decorre da possibilidade de que essas identidades sociais tenham efeitos não apenas de diminuir o gasto de campanha esperado para a mesma quantidade de votos, mas também de gerar um retorno por gasto diferente dos outros candidatos. Essa expectativa é mais clara na dinâmica dos candidatos religiosos. Como defendemos aqui, ter essas identidades sociais facilita a escolha do eleitor, fazendo com que o esforço para conseguir o voto seja menor. Como argumentado por Lacerda (2018) e Netto e Speck (2017), candidatos religiosos também podem ter um retorno do gasto por voto diferente dos demais, pois suas campanhas recebem, algumas vezes, colaboração de suas associações religiosas com declarações de apoio e o acesso aos seus eleitores potenciais facilitado pelo fato de que eles se reúnem rotineiramente no mesmo local. Essa característica das campanhas gera a expectativa de menor gasto por voto em relação aos outros candidatos.

Para os candidatos ligados às forças de segurança do Estado, há a mesma expectativa de que possuir o título gere um gasto de campanha geral menor, mas não é clara a expectativa de retornos diferentes do gasto. Militares, policiais e bombeiros, por

⁷ A classificação da ideologia dos partidos foi feita a partir da reclassificação do ordenamento apresentado por Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023). Foram considerados como partidos de esquerda: PSTU, PCO, PCB, PSOL, PC do B, PT, PDT, PSB e REDE. Foram considerados como partidos de centro: PPS, PV, PTB, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PMN, PMB, PHS, MDB, PSD, PSDB e PODE. Foram considerados como partidos de direita: PL, PRTB, PROS, PRP, PRB, PR, PTC, DC, PSL, NOVO, PP, PSC, PATRIOTA e DEM.

exemplo, são identificados com valores de ordem e hierarquia, mas não têm acesso facilitado ao eleitor devido à sua atuação. Independentemente disso, mantivemos o modelo com a interação, já que nossas expectativas podem estar erradas.

Uma análise causal mais robusta: *matching*

Para complementar nossos modelos lineares para candidatos a deputado federal e estadual de 2018, construímos bancos via *matching* com casos de religiosos ou de candidatos ligados às forças de segurança para cada cargo. Em cada um desses bancos, usando *matching* genético (Sekhon, 2009; Diamond; Sekhon, 2012), pareamos casos de candidatos de interesse (tratamento) com dois casos similares que não foram classificados como religiosos ou força de segurança (controle).

O *matching* é uma técnica de seleção de casos que busca balancear a distribuição das variáveis escolhidas entre o que seriam grupo tratamento e grupo controle (Stuart, 2010). A ideia é aproximar o cenário daquele que se encontraria em um experimento. Caso o equilíbrio entre as variáveis escolhidas seja bom, seria possível assumir uma premissa de independência condicional, ou seja, dado o equilíbrio encontrado, estar no grupo tratado ou no controle seria independente do tratamento em si (Cunningham, 2021). Especificamente, análises que utilizam *matching* permitiriam calcular os efeitos sobre os casos tratados (ATT – *Average Treatment effect for the Treatment group*), já que comparam estes com casos similares a eles, mas que não receberam tratamento. Essa estratégia tornaria a relação causal apontada mais robusta do que apenas a construção de modelos com a inclusão de controles estatísticos.

Essa estratégia de pareamento de casos permite diminuir os efeitos da seleção de modelos do pesquisador sobre os achados (King; Nielsen, 2019). O fato de trabalharmos sempre com casos tratamento que apresentam casos similares no grupo controle também diminui os possíveis efeitos de *outliers* em variáveis independentes sobre os modelos de regressão linear.

Há diversas formas de parear casos, seja estabelecendo valores exatos de variáveis que devem ser pareadas entre casos, seja pelo pareamento aproximado a partir de alguma medida de distância latente construída como um *propensity score* ou a distância de Mahalanobis. Estratégias de *matching* exatas são mais precisas nas restrições impostas ao pareamento, mas sofrem da maldição da multidimensionalidade quando o número de variáveis escolhidas aumenta. Por isso, escolhemos o *matching* genético (Sekhon, 2009; Diamond; Sekhon, 2012), uma generalização do *propensity score* e da distância de Mahalanobis, que promete encontrar o conjunto de pares que minimiza a discrepância entre os potenciais *confounders* entre tratados e controle. Além disso, o método não sofre dos problemas relatados por King e Nielsen (2019) para *propensity scores*. Não obstante, por ser um pareamento aproximado, escolhemos manter o mesmo modelo de regressão linear utilizado no banco completo ao invés de

usarmos apenas diferenças de médias entre os grupos. Assim, qualquer heterogeneidade residual entre os casos pode ser capturada pelo modelo, depurando os efeitos achados para as variáveis de interesse.

Nossa aplicação do *matching* genético apresentou êxito, como pode ser verificado nos Gráficos do Anexo 3, que apresentam as diferenças de médias absolutas padronizadas para cada uma das variáveis escolhidas para o pareamento antes e depois do processo. Todas elas passam a estar perto dos marcos aceitáveis assinalados nos gráficos. O processo de pareamento também significa passar a trabalhar com bancos de dados bem menores, reforçando que achados estatisticamente significativos não sejam fruto só do alto número de casos.

O caso dos religiosos

As análises para cada uma das identidades sociais de interesse foram feitas de forma separada. A Tabela 2 apresenta os resultados dos modelos completo e com o uso de *matching* para os candidatos a deputado federal de 2018 considerando se possuíam ou não uma identificação religiosa. Os desvios-padrões dos valores estimados são apresentados entre parênteses. A expectativa inicial, com base na literatura, era de que esses candidatos tivessem benefícios eleitorais por possuírem uma identidade religiosa no seu nome de urna ou na sua ocupação. Em relação ao modelo, deveríamos esperar tanto benefícios possíveis da variável “Nome Religioso” quanto da interação de religião e gasto de campanha. Essa última pode indicar um retorno marginal diferente do recurso investido em campanha.

Tabela 2 - Modelos Deputados Federais 2018 - Religião

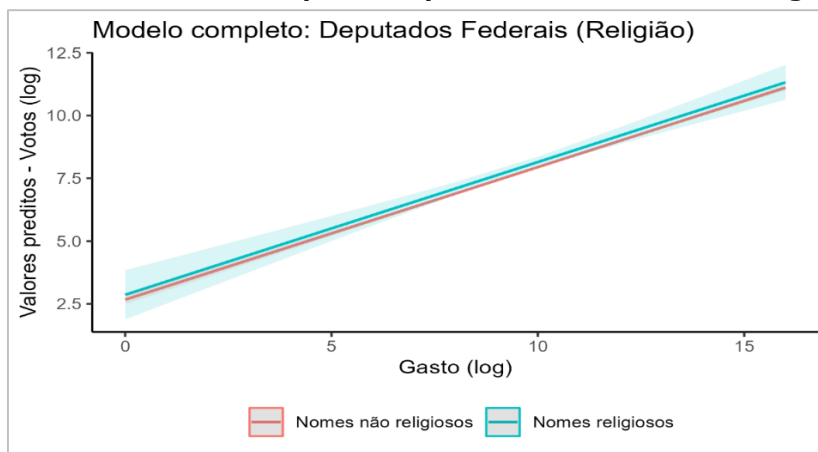
	Modelo Completo	Modelo Matching
Nome Religioso	0,193 (0,501)	-0,300 (0,672)
Interação Religião e Gasto	0,001 (0,052)	0,060 (0,068)
Gasto (log)	0,528*** (0,009)	0,480*** (0,062)
Reeleição	0,850*** (0,053)	1,208*** (0,329)
Sexo Feminino	-0,966*** (0,035)	-1,310*** (0,231)
Partido de Esquerda	0,287*** (0,037)	0,468+ (0,244)
Partido de Direita	0,332*** (0,035)	0,404** (0,152)
Número de Observações	5905	316
R ²	0,633	0,598
R ² Ajustado	0,631	0,556

Legenda: + p < 0,1, * p < 0,05, ** p < 0,01, *** p < 0,001.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE (2018).

As variáveis de controle das unidades da federação foram excluídas da tabela para diminuir o espaço utilizado. É possível verificar que nem a variável binária, que identifica o candidato como religioso, e nem a variável de interação com o logaritmo do gasto de campanha são significativas para nenhum dos níveis comumente aceitáveis. A variável nome religioso, na verdade, apresenta sinais contrários entre os modelos completo e de *matching*. A análise desses efeitos que podem ser interativos, no entanto, é mais bem feita por meio de gráficos. O Gráfico 1 apresenta o modelo completo:

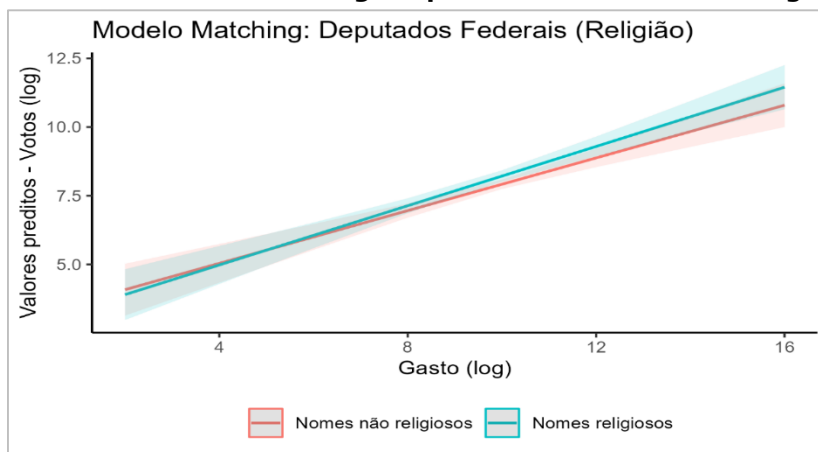
Gráfico 1 - Modelo completo: Deputado Federal 2018 – Religião



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

O Gráfico 1 mostra que, para os candidatos a deputado federal de 2018, não existe diferença estimada no voto predito a partir dos gastos entre o grupo de religiosos e os candidatos em geral. Também não é perceptível qualquer diferença de retorno entre cada um deles, já que as duas retas estimadas parecem ser praticamente paralelas. Esse achado contradiz o esperado por nós e os achados de estudos com foco em outras eleições (Netto; Speck, 2017). Essa diferença pode residir em três possíveis razões: primeiro, pela diferença de escolhas sobre a modelagem estatística dos dados; segundo, pela possibilidade de que as eleições de 2018 tenham sido muito diferentes das demais, mesmo para cargos legislativos; e por último, pela possibilidade de que o fenômeno estudado possa estar mudando.

O modelo que utiliza o banco de dados construído a partir do *matching* (Gráfico 2) tem resultados similares aos apresentados para o banco completo. Essa similaridade reforça o achado, já que a utilização dessa estratégia, em teoria, diminui os efeitos de seleção de modelos, aproximando o cenário do que seria se utilizássemos um experimento.

Gráfico 2 - Modelo *Matching*: Deputado Federal 2018 - Religião

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

O Gráfico 2, da relação entre os valores preditos do logaritmo do voto e o logaritmo do gasto para o modelo que utiliza o banco gerado com *matching*, também não consegue diferenciar os dois grupos – religiosos e outros candidatos – em nenhum dos momentos da distribuição de gastos. Apesar disso, é possível verificar que os retornos esperados por gastos são mais diferentes, pois é perceptível que as duas retas têm angulações diversas. Mesmo começando com expectativas de votos menores do que os outros candidatos, o retorno diferente do gasto inverte a posição dos grupos.

Para tentar diminuir as chances de os resultados serem apenas função do uso da eleição para deputado federal, repetimos a análise para os deputados estaduais nessa mesma eleição. As regressões dos modelos completo e com a utilização do banco construído através de *matching* são apresentadas na Tabela 3:

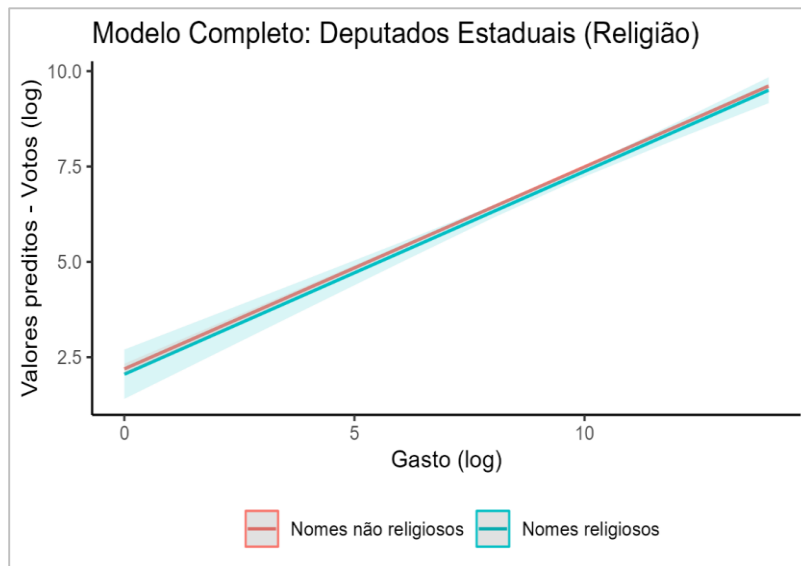
Tabela 3 - Modelos Deputados Estaduais 2018 – Religião

	Modelo Completo	Modelo <i>Matching</i>
Nome Religioso	-0,139	-0,496
	(0,334)	(0,406)
Interação Religião e Gasto	0,002	0,054
	(0,035)	(0,043)
Gasto (log)	0,530***	0,475***
	(0,007)	(0,032)
Reeleição	1,299***	1,382***
	(0,034)	(0,151)
Sexo Feminino	-1,308***	-1,381***
	(0,026)	(0,108)
Partido de Esquerda	0,313***	0,273
	(0,028)	(0,183)
Partido de Direita	0,169***	0,047
	(0,025)	(0,097)
Número de Observações	12278	774
R ²	0,612	0,632
R ² Ajustado	0,611	0,616

Legenda: + p < 0,1, * p < 0,05, ** p < 0,01, *** p < 0,001.

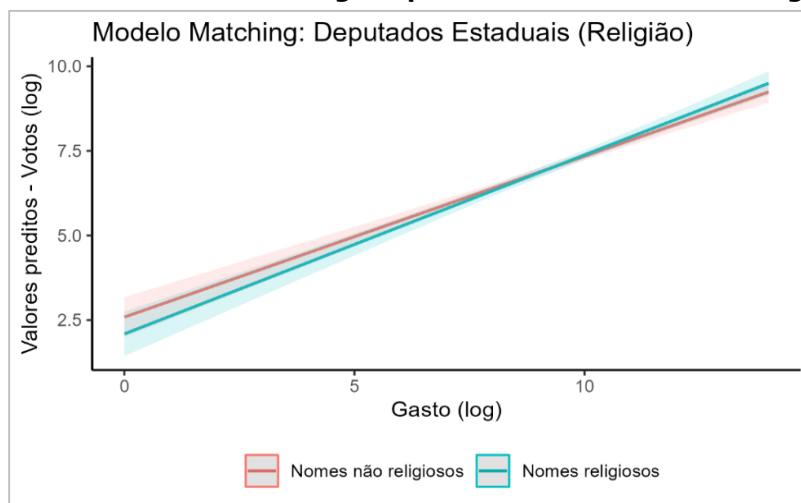
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE (2018).

A análise dos candidatos a deputado estadual, por incluir mais casos que a dos candidatos a deputado federal, tende a diminuir nossas incertezas e a facilitar a observação de diferenças estatisticamente significativas. Porém, os achados dos modelos para as candidaturas às assembleias estaduais são similares aos expostos anteriormente para as candidaturas à Câmara dos Deputados. Tanto os efeitos da variável nome religioso quanto da interação não são discerníveis de zero. Entretanto, o efeito negativo da variável nome religioso é consistente para a forma completa e o *matching*. As análises gráficas, mais uma vez, são necessárias para entender os efeitos em toda a distribuição da variável gasto. O Gráfico 3 representa o modelo completo:

Gráfico 3 – Modelo Completo: Deputado Estadual 2018 - Religião

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

Como pode ser visto no Gráfico 3, os dois grupos são praticamente idênticos na sua relação entre logaritmo dos gastos e o logaritmo dos votos preditos, já que as duas retas parecem se sobrepor. Os achados precisam ser verificados com o banco construído via *matching* para diminuir as chances de que esse resultado seja fruto das nossas escolhas de modelo. O Gráfico 4, com os achados para esse banco, é apresentado a seguir:

Gráfico 4 - Modelo *Matching*: Deputado Estadual 2018 – Religião

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

O Gráfico 4 apresenta apenas pequenas diferenças em relação ao Gráfico 3. Os dois grupos continuam indistinguíveis em toda a distribuição do logaritmo do gasto, embora seja possível, desta vez, identificar que as retas não são completamente paralelas.

Entretanto, os achados da exploração dos dados das eleições para deputado federal e deputado estadual desta seção não nos permitem inferir que haja quaisquer diferenças entre o grupo que denominamos aqui de religiosos e os outros candidatos. Esse achado inesperado requer maiores explorações. Como toda amostra única, o estudo de uma eleição específica pode ser muito diverso da sua distribuição amostral em razão da aleatoriedade. Algumas eleições são tão diferentes que inferências a partir delas requerem cautela. A eleição de 2018 e sua onda bolsonarista, por exemplo, é uma boa candidata a caso excepcional. Porém, estudos sobre os temas que trabalhamos aqui, até o momento, têm sido em sua maioria estudos de apenas um pleito, como é o nosso. A aplicação de modelos similares a diversas eleições, que permitam comparar estimadores de eleições diferentes, poderia ajudar a entender quais dinâmicas eleitorais são sistêmicas e quais são esporádicas.

O caso dos candidatos das Forças de Segurança do Estado

No caso das forças de segurança do Estado, o argumento deste artigo é o de que os candidatos que têm nome de urna ou ocupação ligados a essas forças teriam também o benefício eleitoral de esses títulos e ocupações servirem de atalho informacional para o eleitor, por indicarem valores de ordem e hierarquia. Candidatos Gerais, Comandantes e Capitães, por exemplo, independentemente se das forças armadas, policiais ou bombeiros, indicam ao eleitor, por meio do uso dessas identidades sociais durante a campanha, que comungam dos valores a elas associados. Esse atalho informacional facilita a campanha, diminuindo os esforços na captura de votos frente aos candidatos que não têm essas características. Dessa forma, esperamos empiricamente não apenas o efeito da variável “Nome Segurança”, mas testamos também a existência de uma interação entre esta e os gastos de campanha. A Tabela 4 apresenta os achados para os candidatos a deputado federal de 2018:

Tabela 4 - Modelos Deputados Federais 2018 – Segurança

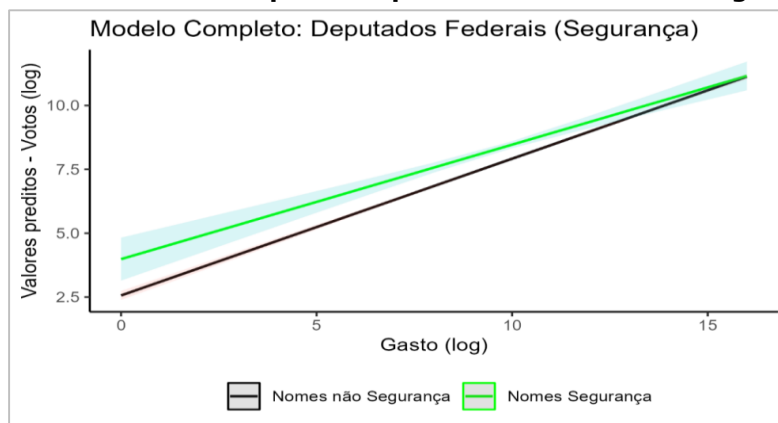
	Modelo Completo	Modelo <i>Matching</i>
Nome Segurança	1,422***	0,983*
	(0,431)	(0,466)
Interação Segurança e Gasto	-0,087*	-0,044
	(0,044)	(0,047)
Gasto (log)	0,535***	0,481***
	(0,009)	(0,026)
Reeleição	0,851***	0,962***
	(0,053)	(0,229)
Sexo Feminino	-0,930***	-0,670***
	(0,035)	(0,151)
Partido de Esquerda	0,299***	-0,035
	(0,037)	(0,131)
Partido de Direita	0,310***	0,379***
	(0,035)	(0,092)
Número de Observações	5905	916
R ²	0,639	0,498
R ² Ajustado	0,637	0,480

Legenda: + p < 0,1, * p < 0,05, ** p < 0,01, *** p < 0,001.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE (2018).

Os achados dos modelos indicam que há, sim, efeitos de se apresentar sob essa identidade. Candidatos ligados às forças de segurança do Estado têm voto esperado 414,5%⁸ maior do que os outros candidatos, mantendo tudo o mais constante, para o nosso modelo com o banco completo e, 267,2% maior, para o modelo com banco construído via *matching*. Esses achados indicam que, pelo menos em 2018, essa identidade social trouxe amplos benefícios eleitorais para aqueles que disputaram a eleição. A divergência entre os dois modelos apresentados na Tabela 4 se concentra apenas na existência ou não de um efeito de interação da variável segurança com o gasto. Nos dois modelos, essa interação é negativa, indicando um possível retorno marginal negativo do gasto. A análise dos valores estimados via gráfico é mais informativa. O Gráfico 5 apresenta a relação para o modelo completo:

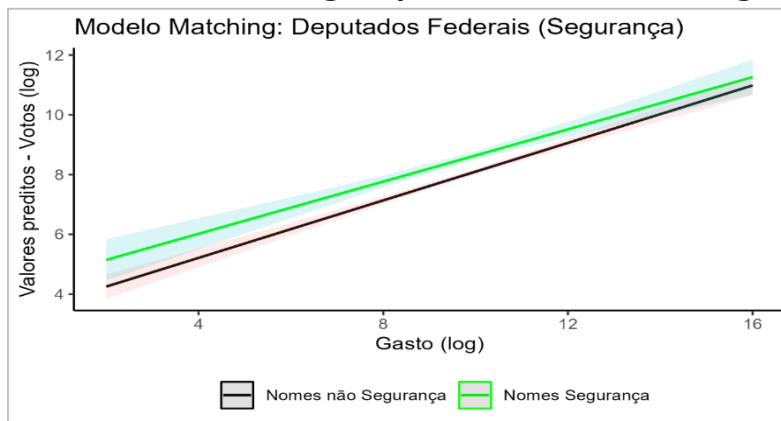
⁸ O cálculo do efeito de uma variável, quando a relação é log-level, é que o efeito percentual em Y é igual a 100 vezes o valor exponencial do coeficiente estimado de X.

Gráfico 5 - Modelo completo: Deputado Federal 2018 - Segurança

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

No Gráfico 5, a reta verde, referente aos candidatos ligados às forças de segurança do Estado, inicia acima da reta preta, referente aos outros candidatos, sem que as áreas pintadas em volta delas, seus intervalos de confiança, sobreponham-se. Essa situação se mantém por quase toda a distribuição do logaritmo dos gastos de campanha até chegarmos nos casos com maiores gastos, quando essas retas passam a se sobrepor. Ou seja, na maior parte da distribuição da variável logaritmo do gasto de campanha, esses grupos são diferentes. Seus retornos de gasto também são diferentes, já que as retas apresentam angulações diversas. O efeito de ser candidato ligado às forças de segurança do Estado deixa de existir apenas nos cenários de maior gasto de campanha.

O modelo apresentado aqui a partir dos bancos construídos via *matching* (Gráfico 6) serve como teste de robustez dos achados:

Gráfico 6 – Modelo *Matching*: Deputado Federal 2018 - Segurança

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

No Gráfico 6, temos sobreposição das retas nos casos com gastos baixos e nos casos com gastos altos, mas, em grande parte da distribuição dos gastos de campanha, os dois grupos são distinguíveis entre si, o que indica que há efeito da variável de interesse. As retas estimadas têm angulações diferentes, mas não chegam a se tocar em nenhum momento da distribuição. Os achados da diferença entre os grupos foram robustos aos dois bancos, apesar da existência ou não de retornos diferentes do voto, nesse caso, negativo, não estar claro.

Para reforçar as análises, fizemos modelos similares com os candidatos a deputado estadual de 2018. A Tabela 5 apresenta os coeficientes e os desvios-padrões dos modelos:

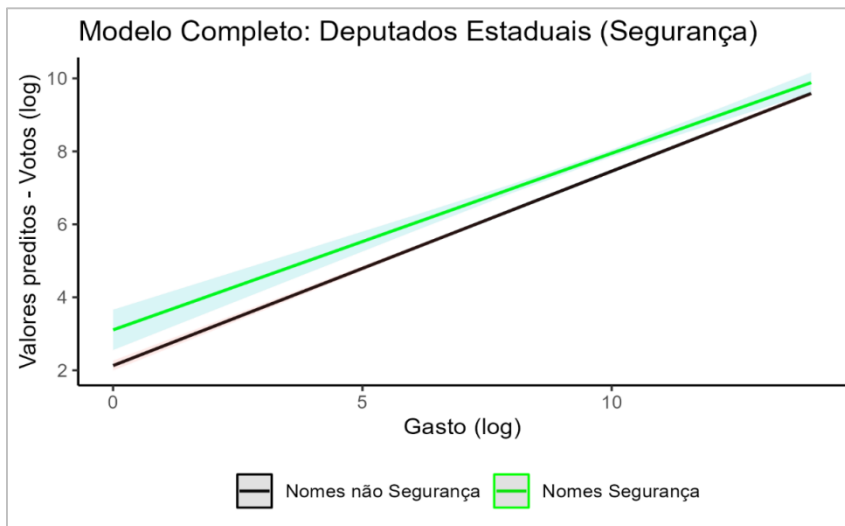
Tabela 5 - Modelos Deputados Estaduais 2018 – Segurança

	Modelo Completo	Modelo <i>Matching</i>
Nome Segurança	0,979***	0,763*
	(0,286)	(0,336)
Interação Segurança e Gasto	-0,049	-0,016
	(0,030)	(0,035)
Gasto (log)	0,533***	0,490***
	(0,007)	(0,022)
Reeleição	1,316***	1,374***
	(0,033)	(0,125)
Sexo Feminino	-1,277***	-1,011***
	(0,026)	(0,112)
Partido de Esquerda	0,331***	0,177+
	(0,028)	(0,091)
Partido de Direita	0,155***	0,218***
	(0,025)	(0,057)
Número de Observações	12278	2044
R ²	0,616	0,495
R ² Ajustado	0,615	0,487

Legenda: + $p < 0,1$. * $p < 0,05$. ** $p < 0,01$. *** $p < 0,001$.

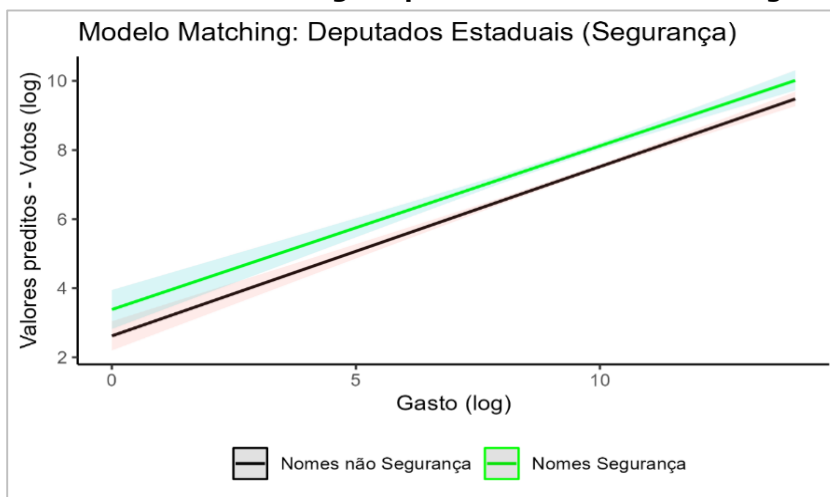
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE (2018).

Os modelos encontram, mais uma vez, significância estatística na variável “Nome Segurança”. Para os candidatos a deputado estadual, o benefício esperado de ser ligado às forças de segurança do Estado, *ceteris paribus*, é de 266,2% de votos a mais para o modelo com todos os candidatos e 214,4% a mais para o modelo com o banco criado via *matching*. Esses são efeitos grandes, o que indica que, pelo menos nas eleições de 2018, apresentar essa identidade social era um grande ativo eleitoral. A seguir, o Gráfico 7, com a relação entre os valores preditos do logaritmo do voto e do logaritmo dos gastos de campanha para o modelo com banco completo:

Gráfico 7 - Modelo completo: Deputado Estadual 2018 - Segurança

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

No Gráfico 7 é possível ver que as retas e seus intervalos de confiança não se sobrepõem em praticamente nenhuma parte da distribuição, com exceção do limite superior do logaritmo do gasto de campanha. Elas também não apresentam inclinações muito diferentes, compatível com o fato de a interação entre “Nome Segurança” e o logaritmo do gasto de campanha não ser discernível de zero.

Gráfico 8 - Modelo *Matching*: Deputado Estadual 2018 – Segurança

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

O Gráfico 8, acima, representa o modelo com base no banco montado via *matching*. Nele vê-se que as duas retas parecem ser praticamente paralelas, com pouca diferença nas angulações. Podemos ver também que os dois grupos se distinguem na maior parte do gráfico, com exceção daqueles com menor gasto de campanha.

Os achados para candidatos a deputado federal e para deputado estadual nas duas estratégias analíticas indicam que existe algum efeito positivo, sobre o voto, de estar ligado às forças de segurança do Estado. Esses candidatos saem de patamares iniciais maiores de votos, e essa diferença parece se manter para a maior parte dos candidatos. Apenas em casos com gastos altos ou com gastos baixos é que existe sobreposição entre os grupos, em alguns dos modelos. Não obstante, em todos os modelos, ser ligado às forças de segurança do Estado tem um efeito eleitoral positivo previsto considerável.

Conclusão

O objetivo do artigo era explorar a possibilidade de que fazer campanhas com títulos ligados à religião ou às forças de segurança do Estado pudesse servir de atalho informacional ao eleitor. A expectativa era que esses títulos pudessem funcionar de maneira semelhante a identidades partidárias bem construídas, sugerindo, de forma pouco custosa, posições e valores das candidaturas aos eleitores. Dessa forma, nossa hipótese central é de que apresentar-se por meio dessas identidades sociais oferece retornos eleitorais para candidatos. Para isso, testamos modelos em diferentes cargos e com bancos completos e montados via *matching*. Nossos achados indicam que, para as forças de segurança do Estado, pelo menos nas eleições de 2018, há, de fato, efeitos eleitorais fortes. Já para os candidatos religiosos, não conseguimos encontrar efeitos discerníveis de zero.

Estudar como os candidatos religiosos e os candidatos de segurança se beneficiam de suas identidades sociais parece central na conjuntura atual, já que a reconstrução de uma direita mais ideológica no país tem passado por essas candidaturas. A onda bolsonarista e seus impactos de mais longo prazo também passam pela maneira como essas identidades sociais substituem a necessidade de construção de uma identidade partidária específica para desenvolver trocas de informação de baixo custo com os eleitores. Os achados aqui indicam que esse sucesso eleitoral recente de uma direita legislativa pode estar mais focado nas candidaturas ligadas às forças de segurança do que ao maior sucesso de identidades religiosas.

Caminhos futuros da pesquisa podem seguir diferentes estratégias, como a exploração mais detalhada do que chamamos aqui de atalhos informacionais, ou a identificação, via experimento, dos valores encapsulados por essas identidades sociais e quais outras características as reforçam ou as tornam menos críveis. Ainda, caberia nos perguntar: essa estratégia está aberta a candidatos de outras vertentes ideológicas?

Seguindo a estratégia aqui adotada, de trabalhar com dados observacionais e estratégias de identificação causal, as pesquisas dessas relações se beneficiariam fortemente de análises longitudinais. Independentemente da forma escolhida, há poucas dúvidas de que o estudo da interlocução política de atores religiosos e de forças de segurança do Estado adquiriu centralidade a partir do governo Bolsonaro.

Referências bibliográficas

- AMORIM NETO, O.; ACÁCIO, I. "De volta ao centro da arena: causas e consequências do papel político dos militares sob Bolsonaro". *Journal of Democracy*, vol. 9, nº 2, p. 1-29, 2020.
- BERLATO AVELINO, G.; BIDERMAN, C.; BARONE, L. S. "Articulações intrapartidárias e desempenho eleitoral no Brasil". *Dados*, vol. 55, nº 4, p. 987-1013, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0011-52582012000400005>>. Acesso em: 14 jul. 2023.
- BERLATO, F.; CODATO, A.; BOLOGNESI, B. "Da polícia à política: explicando o perfil dos candidatos das Forças Repressivas de Estado à Câmara dos Deputados". *Revista Brasileira De Ciência Política*, nº 21, p. 77-120, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-335220162103>>. Acesso em: 17 jul. 2023.
- BOAS, T. C. "Pastor Paulo vs. Doctor Carlos: Professional Titles as Voting Heuristics in Brazil". *Journal of Politics in Latin America*, vol. 6, nº 2, p. 39-72, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/1866802X1400600202>>. Acesso em: 23 jun. 2024.
- BOAS, T. C. *Evangelicals and Electoral Politics in Latin America: A Kingdom of This World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2023.
- BOLOGNESI, B.; RIBEIRO, E.; CODATO, A. "Uma Nova Classificação Ideológica dos Partidos Políticos Brasileiros". *Dados*, vol. 66, nº 2, e20210164, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/dados.2023.66.2.303>>. Acesso em: 15 nov. 2023.
- BORGES, A. "The Illusion of Electoral Stability: From Party System Erosion to Right-Wing Populism in Brazil". *Journal of Politics in Latin America*, vol. 13, nº 2, p. 01-26, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/1866802X211005164>>. Acesso em: 25 nov. 2023.
- BORGES, A.; TURGEON, M. "Presidential coattails in coalitional presidentialism". *Party Politics*, vol. 25, nº 2, p. 192-202, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/135406881770228>>. Acesso em: 18 dez. 2023.
- CERQUEIRA, C. "Igreja Como Partido: a relação entre a Igreja Universal do Reino de Deus e o Republicanos". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 36, nº 107, e3610703, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/3610703/2021>>. Acesso em: 15 out. 2023.
- COX, G. *Making Votes Count: Strategic Coordination in the World's Electoral Systems*. Cambridge: Cambridge, 1997.
- CUNNINGHAM, S. Matching and Subclassification. In: *Causal Inference: The Mixtape*. New Haven: Yale University Press, 2021.
- CUNOW, S., et al. "Less is more: The paradox of choice in voting behavior". *Electoral Studies*, nº 69, 102230, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.electstud.2020.102230>>. Acesso em: 02 dez. 2023.

DIAMOND, A. A.; SEKHON, J. S. "Genetic Matching for Estimating Causal Effects: A General Multivariate Matching Method for Achieving Balance in Observational Studies". *Review of Economics and Statistics*, vol. 95, nº 3, p. 932-945, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1162/REST_a_00318>. Acesso em: 14 jul. 2023.

DOWNS, A. *An Economic Theory of Democracy*. New York: Harper and Row, 1957.

HALL, P. A.; TAYLOR, R. C. R. "As três versões do neo-institucionalismo". *Lua Nova: Revista De Cultura E Política*, vol. 58, p. 193-223, 2003. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-64452003000100010>>. Acesso em: 04 abr. 2023.

HALL KING, G.; NIELSEN, R. "Why Propensity Scores Should Not Be Used for Matching". *Political Analysis*, vol. 27, nº 4, p. 435-454, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1017/pan.2019.11>>. Acesso em: 17 jul. 2023.

KINZO, M. D. G. "Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 19, nº 54, p. 23-40, 2004. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69092004000100002>>. Acesso em: 12 set. 2023.

KINZO, M. D. G. "Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 20, nº 57, p. 65-81, 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69092005000100005>>. Acesso em: 12 set. 2023.

LACERDA, F. "Assessing the Strength of Pentecostal Churches' Electoral Support: Evidence from Brazil". *Journal of Politics in Latin America*, vol. 10, nº 2, p. 3-40, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/1866802X1801000201>>. Acesso em: 12 mar. 2023.

LACERDA, F. "Como o crescimento evangélico se transforma em representação política? Comparando Brasil, Colômbia e Chile". *Novos Estudos CEBRAP*, vol. 41, p. 295-313, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.25091/S01013300202200020006>>. Acesso em: 12 mar. 2023.

LIMONGI, F.; CORTEZ, R. "As eleições de 2010 e o quadro partidário". *Novos Estudos CEBRAP*, nº 88, p. 21-37, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-33002010000300002>>. Acesso em: 04 maio 2023.

MACHADO, M. D. C. *Política e religião: a participação dos evangélicos nas eleições*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MAINWARING, S. *Sistemas partidários em novas democracias: o caso Brasil*. Rio de Janeiro/Porto Alegre: Editora FGV/Mercado Aberto, 2001.

MARIANO, R. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

MCDERMOT, M. L. "Candidate Occupations and Voter Information Shortcuts". *The Journal of Politics*, vol. 67, nº 1, p. 201-219, 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/j.1468-2508.2005.00314.x>>. Acesso em: 02 out. 2023.

MURATORI, M. "Pazuello comete gafe ao explicar 'missão cumprida' a Angelo Coronel". Estado de Minas, 20 maio 2021. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/05/20/interna_politica,1268578/pazuello-comete-gafe-ao-explicar-missao-cumprida-a-angelo-coronel.shtml>. Acesso em: 14 mar. 2023.

MELO, C. R. "Eleições presidenciais jogos aninhados e sistema partidário no Brasil". *Revista Brasileira de Ciência Política* (Impresso), vol. 4, p. 13-42, 2010.

MELO, C. R.; CÂMARA, R. "Estrutura da competição pela Presidência e consolidação do sistema partidário no Brasil". *Dados*, vol. 55, p. 71-117, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0011-52582012000100003>>. Acesso em: 12 maio 2023.

NETTO, G. F.; SPECK, B. W. "O dinheiro importa menos para os candidatos evangélicos?". *Opinião Pública*, vol. 23, nº 3, p. 809-836, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-01912017233809>>. Acesso em: 10 mar. 2023.

NOVELLO, R. H.; ALVAREZ, M. C. "Da 'bancada da segurança' à 'bancada da bala': Deputados-policiais no legislativo paulista e discursos sobre segurança pública". *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, vol. 15, nº 1, p. 81-101, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.4322/dilemas.v15n1.41474>>. Acesso em: 10 abr. 2023.

ORO, A. P. "A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 18, nº 53, p. 53-69, 2003. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69092003000300004>>. Acesso em: 15 abr. 2023.

PENIDO, A.; KALIL, S. "Ação política do Partido Militar no Brasil sob Bolsonaro". *Anuario Latinoamericano Ciencias Políticas y Relaciones Internacionales*, Dossier América Latina, Brasil, vol. 11, p. 63-82, 2021.

PEREIRA, C.; RENNÓ, L. "O que é que o reeleito tem? Dinâmicas político-institucionais locais e nacionais nas eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados". *Dados*, vol. 44, nº 2, p. 133-172, 2001. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0011-52582001000200004>>. Acesso em: 23 jul. 2023.

PIERUCCI, A. F. Representantes de Deus em Brasília: a Bancada Evangélica na Constituinte. In: PIERUCCI, A. F.; PRANDI, R. *A realidade social das religiões no Brasil: religião, sociedade e política*. São Paulo: Editora HUCITEC, p. 163-192, 1996.

PIERUCCI, A. F. *Ciladas da diferença*. São Paulo: Editora 34, 1999.

POWELL JR., B. *Elections as instruments of democracy: majoritarian and proportional visions*. New Haven: Yale University Press, 2000.

QUADROS, M. P. R.; MADEIRA, R. M. "Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil". *Opinião Pública*, vol. 24, nº 3, p. 486-522, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-01912018243486>>. Acesso em: 10 ago. 2023.

RENNÓ, L. R. O Dilema do Rico: Número de Candidatos, Identificação partidária e Accountability nas Eleições de 2002 para a Câmara de Deputados. In: SOARES, G. A. D.; RENNÓ, L. R. (Orgs.). *Reforma Política: Lições de uma história recente*. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 47-68, 2006.

SANTOS, J. V. "O projeto de poder do Partido Militar e os riscos da 'militarização da vida', Entrevista especial com Ana Penido e Suzeley Kalil". Entrevista concedida por e-mail ao Instituto Humanitas Unisinos - IHU, 22 jul. 2021. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/611312-o-projeto-de-poder-do-partido-militar-e-os-riscos-da-militarizacao-da-vida-entrevista-especial-com-ana-penido-e-suzeley-kalil>>. Acesso em: 23 nov. 2023.

SANTOS, M. A. P. "Entre esquerdas e direitas: o debate parlamentar brasileiro sobre segurança pública e justiça criminal (2003-2021)". Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ, Rio de Janeiro, 2022.

SANTOS, V. O. A. "'Mais bala pela vida': o discurso punitivo da bancada da bala sobre o controle do crime e a resolução dos problemas criminais no Brasil". Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2022.

SEKHON, J. S. "Opiates for the Matches: Matching Methods for Causal Inference". *Annual Review of Political Science*, vol. 12, p. 487-508, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1146/annurev.polisci.11.060606.135444>>. Acesso em: 14 jul. 2023.

SHUGART, M. S.; VALDINI, M. E.; SUOMINEN, K. "Looking for Locals: Voter Information Demands and Personal Vote-Earning Attributes of Legislators under Proportional Representation". *American Journal of Political Science*, vol. 49, nº 2, p. 437-449, 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.2307/3647687>>. Acesso em: 12 nov. 2023.

SMITH, E. A. *Religião e a democracia brasileira: dos bancos das igrejas para as urnas*. Petrópolis: Editora Vozes, 2022.

STUART, E. A. "Matching Methods for Causal Inference: A Review and a Look Forward". *Statistical Science*, vol. 25, nº 1, p. 1-21, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1214/09-STS313>>. Acesso em: 12 jul. 2023.

VENTURA, T. "Voting for violence: crime and the election of law and order politicians in Brazil". *Job Market Paper*, p. 66, 2021.

ZUCCO, C.; POWER, T. "Fragmentation Without Cleavages? Endogenous Fractionalization in the Brazilian Party System". *Comparative Politics*, vol. 53, nº 3, p. 477-500, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.5129/001041521X15941508069585>>. Acesso em: 11 dez. 2023.

Abstract

On bullets, bibles, and statistical models: exploring electoral shortcuts

This article explores the possibility that titles linked to religion or state security force rank serve as informational shortcuts for voters, benefiting candidates who hold them. The expectation is that these titles function similarly to well-established party identities, by suggesting the positions and values of the candidates to voters at a low cost. Our central hypothesis is that possessing these social identities offers electoral advantages to candidates. To test this, we used data from the 2018 elections for federal and state representatives, analyzing models with complete datasets assembled through matching. Our findings indicate that, at least in the 2018 elections, the identification of state security force rank had strong electoral effects. However, for religious candidates, we could not identify effects discernible from zero, which contradicts recent findings in the literature.

Keywords: elections; religion; security; state deputies; federal deputies; informational shortcuts

Resumen

Sobre balas, bíblias y modelos estadísticos: explorando atajos electorales

El artículo explora la posibilidad de que títulos vinculados a la religión o a las fuerzas de seguridad del Estado sirvan como atajos informativos para los votantes, beneficiando a los candidatos que los poseen. Se espera que estos títulos funcionen de manera similar a las identidades partidarias bien consolidadas, sugiriendo, de forma económica, las posiciones y valores de las candidaturas a los votantes. Nuestra hipótesis central es que poseer estas identidades sociales ofrece ventajas electorales a los candidatos. Para ello, a partir de los datos de las elecciones de diputados federales y estatales de 2018, probamos modelos con bases de datos completas y construidas mediante *matching*. Nuestros hallazgos indican que, en el caso de las fuerzas de seguridad del Estado, al menos en las elecciones de 2018, existen efectos electorales significativos. Sin embargo, para los candidatos religiosos, no logramos identificar efectos discernibles de cero, lo que contradice hallazgos recientes de la literatura.

Palabras clave: elecciones; religión; seguridad; diputados estatales; diputados federales; atajos informativos

Résumé

Sur les balles, les bibles et les modèles statistiques : explorer les raccourcis électoraux

L'article explore la possibilité que des titres liés à la religion ou aux forces de sécurité de l'État servent de raccourcis informationnels pour les électeurs, bénéficiant ainsi aux candidats qui en disposent. L'hypothèse est que ces titres fonctionnent de manière similaire à des identités partisanes bien établies, suggérant, à moindre coût, les positions et les valeurs des candidatures aux électeurs. Notre hypothèse centrale est que détenir ces identités sociales procure des avantages électoraux aux candidats. Pour tester cela, nous avons utilisé les données des élections des députés fédéraux et des députés des États de 2018, en analysant des modèles basés sur des ensembles de données complets et construits par correspondance (*matching*). Nos résultats indiquent que, pour les forces de sécurité de l'État, au moins lors des élections de 2018, il existe effectivement des effets électoraux significatifs. En revanche, pour les candidats religieux, nous n'avons pas pu identifier d'effets discernables de zéro, ce qui contredit des résultats récents de la littérature.

Mots-clés : élections ; religion ; sécurité ; députés des États ; députés fédéraux ; raccourcis informationnels

Artigo submetido à publicação em 02 de fevereiro de 2024.
Versão final aprovada em 29 de novembro de 2024.

